

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

CAROLINE PEREIRA GOMES

**AS POLÍTICAS DA NOVA SUDENE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2018

CAROLINE PEREIRA GOMES

**AS POLÍTICAS DA NOVA SUDENE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso Superior de Graduação em Administração do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia - DAGEE - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

AS POLÍTICAS DA NOVA SUDENE E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Por

Caroline Pereira Gomes

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação foi apresentado às 10h30min do dia 07 de novembro de 2018 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, do curso de Administração do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

- Aprovado
- Aprovado com restrições
- Reprovado

Curitiba, 07 de novembro de 2018.

Profa. Dra. Aurea Cristina Magalhães Niada
Coordenador de Curso
Administração

Profa. Dra. Kátia Regina Hopfer
Responsável pelos Trabalhos de Conclusão de Curso
de Administração do DAGEE

ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giovanna Pezarico
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso de Administração do Departamento de Gestão e Economia da UTFPR.

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideologia é inclusiva ou excludente?”

Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família por todo apoio que sempre me dedicaram e pelo incentivo aos estudos, para que hoje eu pudesse estar aqui. Em especial, agradeço à minha mãe, Maria de Lourdes e ao meu pai, Carlos Augusto, por serem pessoas, além de tudo batalhadoras e que sempre estiveram ao meu lado nos momentos difíceis da vida e nessa longa jornada em que tive que caminhar sozinha.

Agradeço aos meus amados irmãos, em especial, Manuelle e Vinicius, pelo carinho que sempre tiveram por mim, sinto muito orgulho por tê-los como irmãos e torço muito por todos, obrigada por tornarem a minha vida mais especial.

Agradeço à Rafaela, Jean e Maria Alice, por todo o tempo que dedicaram a mim, pelo companheirismo e por me tornarem parte da família ao longo desse tempo em que estive aqui, sei que não foi fácil receber uma pessoa completamente fora do núcleo familiar. Cresci e aprendi muito com eles durante esse tempo, de certa forma eles foram parte dessa caminhada.

Agradeço aos amigos que tive oportunidade de conhecer na Universidade: Avatar, Fabiane, Tamiles e Tamiris, pelas energias positivas e por me acolherem com muito carinho, sempre admirei cada um. Obrigada pelo companheirismo que tivemos ao longo dos anos, mesmo com todos os desentendimentos, acredito que crescemos juntos.

Agradeço também à Edilaine, uma pessoa muito especial que tive oportunidade de conhecer ao longo desta etapa, por me ensinar um pouco do seu universo, pelas palavras de conforto e incentivo que sempre dedicou a mim, e finalmente pelo coração cheio de ideias para um mundo mais humano e justo.

Agradeço ainda, ao meu orientador, professor Ricardo, pelo apoio ao longo desse projeto, pela disposição, paciência e dedicação. O admiro como pessoa e profissional que é. Como dito anteriormente, sem ele nada disso seria possível, obrigada por tornar esse projeto realidade.

Finalmente, agradeço a todos os bons professores que tive ao longo do curso, pois sem eles eu nada teria conquistado ao longo de minha vida profissional e acadêmica.

Agradeço a todos.

RESUMO

GOMES, Caroline Pereira. **As políticas da Nova Sudene e as suas contribuições para o desenvolvimento do Nordeste**. 2018. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba, 2018.

A Sudene foi uma autarquia do Governo Federal, criada em 1959 e subordinada à Presidência da República. Tinha o objetivo de criar e dirigir projetos para a promoção do desenvolvimento regional principalmente no Nordeste, que figurava a região menos desenvolvida do país. Devido a algumas dificuldades comprometendo a continuação de suas ações, o órgão foi extinto em 2001 e recriado em 2007. Tendo em vista as ações que vem sendo propostas e executadas pela Sudene no Nordeste, esta pesquisa teve como objetivo analisar as mudanças institucionais da Sudene para compreender como ela vem atuando em relação às suas novas políticas públicas. Para isso foi feito um levantamento teórico para contextualizar o tema, apontando alguns dados socioeconômicos da região com base em informações do sistema Sidra (IBGE). Foi realizada uma pesquisa documental das leis e decretos na plataforma do LexML apresentando um quadro com as vinculações, leis e atribuições encontradas delimitando um intervalo de tempo. Também a mesma pesquisa com as identificação das políticas e diretrizes, utilizando o site da Sudene e o PRDNE de 2011. Concluiu-se assim, que o Nordeste encontra-se ainda em desvantagens econômicas, mas que vem crescendo em alguns indicadores no período de 2007-2016. A Sudene passou a ser vinculada ao Ministério da Integração Nacional e obteve mais atribuições em suas políticas, principalmente ao se tornar um modelo mais sustentável para a região, e com interesse em fortalecer a sua imagem que por muito tempo foi associada à corrupção.

Palavras-chave: Sudene. Desenvolvimento Regional. Nordeste. Políticas Públicas. Planejamento Econômico.

ABSTRACT

GOMES, Caroline Pereira. **New Sudene policies and their contributions to the development of the Northeast.** 2018. 56 f. Completion of Course Work (administration course) Federal Technological University of Paraná - UTFPR. Curitiba, 2018.

The Sudene was an authority of the Federal Government created in 1959. Its goal was to plan e supervise projects for the regional development, mainly, of the Northeast region that was the least developed in the country. Due to some issues regarding its activities, the Sudene was terminated in 2001 and reestablished in 2007. Regarding the developed activities so far, this research had the objective of analyzing the institutional changes of Sudene to comprehend how it has been acting with regard to its new public policies. For this end, a bibliographic review was done on this topic gathering social-economic data of the Northeast region based in the IBGE system. It was done a documental research on laws and decrees based in the LexML plataform, presenting a table with laws and attributions found to a certain specified period of time. The same was done when identifying the policies and decrees, now using the Sudene website and the PRDNE of 2011. It was concluded that the Northeast region is still underdeveloped, but it has been improving in the period of 2007-2016 according to some indicators. The Sudene is nowadays part of the National Integration Ministry and it possesses more responsibilities, mainly in becoming a more sustainable model for the region, and with an interest in changing and reinforcing its image which was for a long time associated with corruption.

Keywords: Sudene. Regional Development. Northeast. Public Policy. Economic Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do semiárido e do Cerrado na cartografia da Sudene.....25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problema	16
Quadro 2 - Ações da política de desenvolvimento regional da Nova Sudene	40
Quadro 3 - Apresentação das mudanças Institucionais da Sudene (1959-2007)	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios abrangidos pela cartografia da Sudene (2005)	26
Tabela 2 - Tabela 2 - Percentual de abrangência do Semiárido nos Estados, no Nordeste e na Área de atuação da Sudene - 2015	27
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2000-2010).....	27
Tabela 4 - PIB Real por regiões (2007-2005).....	28
Tabela 5 - PIB Real por Estado (2007-2015)	29
Tabela 6 - Variação percentual de empresas ativas por setor da economia (2008 - 2015)	29
Tabela 7 - Índice FIRJAN em relação à renda por estado (2007 - 2016)	30
Tabela 8 - Índice FIRJAN em relação à educação por estado (2007 - 2016).....	31
Tabela 9 - Índice FIRJAN em relação à saúde por estado (2007 - 2016)	32
Tabela 10 - Índice FIRJAN (consolidação dos três indicadores) por estado (2007 - 2016)	32
Tabela 11 - Taxa Média de Crescimento do PIB Real no Nordeste e Brasil (1960-97)	35
Tabela 12 - Taxa de participação do PIB setorial no Nordeste (1960-97).....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Geral.....	12
1.2.2 Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	16
2.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	19
2.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: “A OPERAÇÃO NORDESTE”	20
3 METODOLOGIA	23
4 CARACTERIZAÇÃO DO NORDESTE E A SUDENE	25
4.1 O NORDESTE BRASILEIRO E A ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE.....	25
4.2 RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE	28
4.3 DA CRIAÇÃO À EXTINÇÃO DA SUDENE.....	33
4.4 A RECRIAÇÃO DA SUDENE	38
5 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA SUDENE	40
5.1 MUDANÇA INSTITUCIONAL DA SUDENE	40
5.2 AS POLÍTICAS EMPREGADAS PELA NOVA SUDENE.....	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como foco de investigação analisar como as políticas públicas implementadas pela Nova Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pode promover de fato o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil, sua principal área de atuação, destacando as suas contribuições realizadas no período de sua recriação (2007-2016). De acordo com as últimas estimativas realizadas pelas Nações Unidas (PNUD, 2010) com base no censo demográfico de 2010, os estados do Nordeste são os que ocupam os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação aos demais estados do Brasil, com destaque para o Maranhão e Alagoas, os dois últimos colocados no *ranking* com menor IDH.

A desigualdade econômica nas regiões do Brasil inicia a partir da distinta forma como a economia se estabeleceu no século XIX. No Nordeste se configurou uma economia agrícola, de plantação da cana-de-açúcar, já na região Centro-Sul¹ uma economia voltada para a cafeicultura. A produção de cana-de-açúcar implicava na concentração de renda e de terras, com a necessidade de grande mobilização de capital e trabalho escravo, que mantinham apenas a subsistência dos trabalhadores, tornando-os reféns dos grandes latifundiários. A mão de obra, na economia cafeicultora, por outro lado, contribuía em maior parte na formação dos custos, importavam-se trabalhadores da Europa, assalariados, onde os mesmos dispunham de nível de subsistência e padrão de vida superior, mantendo um nível de consumo relativamente melhor. A estrutura montada, como ferrovias, para transporte do bem, facilitava o acesso e estimulava a exportação e isso impulsionou a economia no Centro-Sul, fazendo com que este se desenvolvesse mais do que o Nordeste (FURTADO, 1959a).

Transcorridos quase 70 anos da avaliação de Furtado acerca das origens do subdesenvolvimento do Nordeste, a região ainda permanece como a mais pobre e desigual do país e pobre do país, em que pese às várias políticas de desenvolvimento e modernização de setores produtivos que vem ocorrendo em

¹ Grande Complexo Regional considerado o mais populoso e desenvolvido do país na divisão geoeconômica (PENA, 2018).

diversas cidades da região, como o Pólo Industrial de Camaçari, na Bahia, o Abreu e Lima e o Porto de Suape em Pernambuco, apenas para citar alguns exemplos.

Sendo assim, convém destacar que, de acordo com o artigo art. 3º da Constituição Federal de 1988, dentro dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização do país para que se possa reduzir as desigualdades sociais e regionais. Isso reforça a necessária ação governamental sobre as regiões historicamente menos favorecidas, para que sejam capazes de convergir com as outras regiões mais desenvolvidas do Brasil.

A primeira Sudene foi criada pela Lei nº 3.692, em 15 de dezembro de 1959, sendo uma autarquia do Governo Federal com funções administrativas autônomas, subordinada ao Presidente da República e sediada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. Sua área de atuação compreendia todos os estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) além de parte de Minas Gerais, zona compreendida no polígono das secas².

Ainda, de acordo com a referida lei, a missão da Sudene era de estudar, propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos de acordo com a legislação, além de coordenar também programas de assistências técnicas nacionais ou estrangeiras e isso tudo deveria estar direcionado e diretamente ligado ao desenvolvimento da região.

Ao longo dos anos, principalmente a partir da instalação da ditadura militar em 1964, no Brasil, a Sudene passou pelos mais diversos escândalos na mídia, acusações como corrupção e falta de critério no beneficiamento de alguns estados. Diante dessas pressões e denúncias, o Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso decidiu extinguir a autarquia mediante Medida Provisória 2.145/2001 e foi criada em seguida a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) com algumas limitações em relação à Superintendência. A Sudene reaparece em 2007, propondo a extinção definitiva da Adene, mediante Lei complementar nº 125 instituída em 3 de janeiro de 2007 (MASCARENHAS; LOURENÇO NETO, 2018).

² Determinado território reconhecido pela legislação por apresentar críticos períodos de estiagem, o mesmo compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o extremo norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (CODEVASF, 2010).

Diante do exposto, o presente trabalho buscou analisar as mudanças institucionais ocorridas na Sudene, para entender as modificações entre a primeira e Nova Sudene, com base em pesquisa bibliográfica e documental, também se pretendeu avaliar as formas de atuação política da Nova Sudene em relação à sua antecessora, bem como suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste brasileiro atual, evidenciando alguns dados socioeconômicos para confirmar alterações na economia ao longo do período de análise.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante das ações propostas e realizadas pela Sudene desde o período de sua recriação, e a carência de pesquisas sobre o tema, a investigação por meio de informações pertinentes a mudanças na economia socioeconômica nordestina com as políticas da Nova Sudene no Nordeste é de suma relevância. Perante isso, o trabalho de conclusão de curso visa responder o seguinte problema de pesquisa:

Quais as Mudanças institucionais da Nova Sudene em relação à sua antecessora e como isso repercute sob a formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento do Nordeste?

1.2 OBJETIVOS

Serão demonstrados nos subtópicos a seguir os objetivos gerais e específicos pertencentes à pesquisa.

1.2.1 Geral

Analisar as mudanças institucionais da Sudene no período de sua recriação (2007-2016).

1.2.2 Específicos

- Avaliar as mudanças institucionais da Nova Sudene em comparação às características da antiga Sudene (funções, competências e vinculação hierárquica no governo federal).
- Analisar as diretrizes e os instrumentos de políticas de desenvolvimento regional implementadas pela Sudene no período de 2007 a 2016.

1.3 JUSTIFICATIVA

A área total do território brasileiro corresponde a 8.515.767,049 km² sendo o Nordeste a região que mais possui municípios, segundo aponta o IBGE (2012) dentro desta vasta extensão territorial as regiões possuem variações em tipos de vegetações, climas e temperaturas e isso acomete a divisão macroeconômica que hoje se figura. Nesta divisão são consideradas as semelhanças territoriais que conseqüentemente podem influenciar em como a economia se desenvolveu ao longo do tempo, com espaços ou regiões mais ou menos desenvolvidos. No caso do Nordeste, este é o que mais sofre devido aos problemas típicos da região como a longa estiagem, climas e temperaturas desfavoráveis, além de concentrar grande parte da zona semiárida do Brasil. Sendo a economia local predominantemente agrícola esses fatores e a falta de um melhor acesso aos sistemas de irrigação implicam nas condições de vida da população nordestina, que passam por problemas sociais como a pobreza, desemprego e estagnação econômica, refletindo nos dados críticos apurados por órgãos responsáveis por estudos socioeconômicos (ROCHA, 2003).

Os estados do Nordeste são os que menos contribuem para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, um total de 13,6% segundo aponta o IBGE (IBGE, 2012). Além disso, o nível de escolaridade da população é um fator alarmante que influencia no desenvolvimento da região em termos de qualificação da mão de obra para a realização das atividades que melhor poderiam ser exploradas com um conhecimento técnico mais elevado. Em uma comparação regional, mais da metade de pessoas (59%) proprietárias de terras seriam analfabetas na região Nordeste, que em relação às regiões do Centro-Sul representando a desigualdade entre regiões e caracterizando regiões subdesenvolvidas e desenvolvidas dentro de um mesmo país (VIEIRA FILHO, 2014).

A relevância em estudar a Sudene é por motivo da mesma ser responsável pelos planejamentos e ações de desenvolvimento da economia regional, em sua área de atuação, que resolvam além dos problemas acima citados, mas outras dificuldades que perpassem a região alvo do estudo. Dito isso, cabe uma investigação crítica a respeito das mudanças ocorridas após recriação do órgão que visa compreender se de fato ele está causando um impacto esperado e se a mesma vem cumprindo seus objetivos listados nas diretrizes em resposta ao problema de pesquisa que visa identificar essa contribuição para o desenvolvimento regional.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho apresentou-se em seis capítulos, onde foram demonstrados os objetos de estudo da pesquisa. O primeiro capítulo apresentou uma introdução ao tema que foi explorado ao longo do trabalho, exibição do problema de pesquisa e objetivos gerais e específicos dessa averiguação, e a justificativa pela escolha do tema.

O segundo capítulo foi um referencial teórico com um embasamento conceitual para introdução à pesquisa, sendo este subdividido em três subtópicos. Com as definições de políticas públicas, políticas de desenvolvimento regional e políticas de desenvolvimento do Nordeste.

No terceiro capítulo, foram retratados todos os aspectos metodológicos utilizados para a abordagem da pesquisa, apresentando as respectivas técnicas utilizadas para o desenvolvimento da mesma para a resolução do problema.

No quarto capítulo, é novamente apresentado um referencial teórico, sendo este subdividido em mais quatro subtópicos. Esses itens apresentaram uma caracterização do Nordeste e apresentação de resultados socioeconômicos da região antes de iniciar o tema sobre o histórico da primeira e segunda Sudene, que são abordados em seguida para situar como era a Sudene até chegar ao momento atual.

No quinto capítulo, foi realizada uma pesquisa qualitativa para a abordagem do problema de pesquisa, com foco em resolver os objetivos específicos a respeito das mudanças institucionais da Sudene e as políticas empregadas pela Nova Sudene, resolvendo as questões do problema geral.

E, finalmente, o sexto capítulo, expõe as considerações finais do tema quanto ao que foi avaliado ao longo do trabalho, levantando os problemas encontrados ao longo da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As ações que a Sudene promove podem ser chamadas, pelo contexto, de políticas públicas, especificamente orientadas para o desenvolvimento regional. Antes de analisar a fundo essas políticas promovidas na região Nordeste, precisa-se entender o que são políticas, a fim de conseguir enxergar o sentido dela no caso em que será apresentado ao longo do trabalho. Souza (2006) define o estudo da política pública como sendo um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo propor ação ao governo e/ou analisar a ação e até mesmo promover mudanças no curso dessa ação quando necessário.

As propostas ou propósitos de um governo democrático são transformados em programas e ações que produzem mudanças e resultados no mundo real, ou em uma região tratando-se do caso de uma política voltada para atender uma demanda naquele lugar específico. Para desempenhar esse papel, pode-se dizer que o Estado é dotado de uma autonomia relativa, pois não se isolam as influências que o mesmo sofre em determinados momentos históricos em que o país se encontra. Ainda sobre a consolidação da política, toda ação do governo passa pelo que o autor, Howlett, em seu livro chama de ciclo deliberativo que é formado por vários estágios que constituem um processo dinâmico e que gera um aprendizado, antes de se tornar uma política efetiva as propostas passam pela definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção e implementação e avaliação como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Cinco estágios do ciclo político e sua relação com a resolução aplicada de problema

Resolução aplicada de problemas	Estágios no ciclo político
1 Reconhecimento do problema	1 Montagem da agenda
2 Propostas de solução	2 Formulação da política
3 Escolha da solução	3 Tomada de decisão política
4 Efetivação da solução	4 Implementação da política
5 Monitoramento dos resultados	5 Avaliação da política

Fonte:Howlett (2013, p.15).

No quadro acima, Howlett (2013) explica o significado de cada estágio proposto para o ciclo político. **A montagem de agenda** é a forma como os

problemas chegam a receber a devida atenção do governo. Já a **formulação da política** é o modo como são formuladas as políticas dentro do âmbito governamental. A **tomada de decisão**, por sua vez é como o governo irá agir mediante aquela demanda, ou seja, o curso da ação. **A implementação da política** está relacionada ao rumo efetivo da política. A **avaliação da política** é a análise de como aquela política conseguiu atingir os problemas, é a fase de monitoramento tanto pelos atores como pela sociedade, pois se possível pode ser reformulada, ou reconceituada como problema e solução a ser empregada.

Abaixo, outro autor traz uma sucinta caracterização de políticas públicas e a forma como ela pode impactar na sociedade:

Em termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato. Em seu conjunto essas decisões e ações do governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de *políticas públicas* (HEIDEMANN, 2009, p. 28).

Höfling (2001) afirma que as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais, pois trata-se de um processo para tomada de decisão que envolve órgãos públicos e também diferentes organismos e agentes da sociedade para a sua implementação e manutenção. Dentro da política pública há a política social, que pode ser trazida como ações de proteção social do Estado para redistribuir benefícios à sociedade, reduzindo as desigualdades estruturais que são acrescidas pelo desenvolvimento econômico. Esse tipo de política se originou dos movimentos sociais do século XIX devido aos conflitos surgidos entre o capital e trabalho no desenvolvimento e início das revoluções industriais da época. Nesse contexto estão ligadas ao capitalismo que se instaurava e modificava a sociedade deixando mais acentuada as relações de trabalho e promovendo mudanças no sentido de utilização do indivíduo. Assim, o Estado tinha esse papel de mediador para resolver a crise instaurada e promover a adequação da economia.

As demandas do Estado por muitas vezes se sobrecarregam e acaba não promovendo as soluções desejadas pela acumulação na demanda, o que pode causar uma crise ou instabilidade do sistema e dependendo o tipo de gravidade na demanda pode haver uma ruptura institucional e decorrendo uma crise na governabilidade, que são as pressões resultantes do excesso de demanda (inchaço)

ou complexidade destas, Novas ou recorrentes (RUA, 1997). Isso mostra a incapacidade do Estado em atender e dar atenção a todas as demandas que cada lugar necessita, visto que cada região tende a ter as suas peculiaridades e demandas.

As políticas públicas são inteiramente de uso coletivo, utilizada como meio de sanar alguma distância entre o que o ideal e a expectativa de alcance de algo melhor. Segundo Secchi (2010), o problema público está entre o *status quo* e a situação ideal possível para uma realidade, e este só se enquadra como sendo público quando uma quantidade notável de pessoas que estão participando dessa base. E por consequência a base só se torna problema público quando os atores políticos consideram como problema, ou seja, uma situação que na se adequa a realidade em que se deve viver e público, quando isso é comum em determinado meio. Um exemplo muito claro disso é o emprego, a falta deste para uma pessoa dificilmente é considerado um problema público, porém o desemprego de uma categoria de forma totalitária pode ser considerado um problema público.

Howlett (2013) explica que os dois principais princípios adotados dentro do âmbito político é o pensamento pluralista, que parte do pressuposto de que os grupos de interesses são os mais relevantes no momento de formulação das políticas. A sociedade nesse contexto, nada mais é do que do um complexo grupo que as compõem e dentro desses grupos pode-se aportar pessoas já pertencentes a outros grupos, numa lógica de que as pessoas o tempo todo estão buscando atender os seus interesses, que no cenário, são encaixados como sendo coletivos. Em qualquer circunstância uma pessoa está apta a perseguir os seus diferentes interesses coletivos dentro da sociedade. Isso ocasiona uma pressão coletiva que desperta essa noção pluralista no governo e também podem ser compreendidas de forma equivocada e dentro de cada departamento político podem haver conflitos e percepções conflitantes e a forma como ela pode ser adotada pode ser equivocada se partir de uma percepção distinta de problemas.

Tendo em vista esse conceito pode-se entender como são pensadas as políticas pelos atores políticos, como visto anteriormente, uma forma de mudar a realidade inadequada para uma situação ideal possível de forma que eludem os problemas que atinjam a coletividade, a Sudene com as suas políticas faz exatamente a ponte já citada, entre um *status* e a situação imaginada para o Nordeste, no seu caso, inserindo uma política de desenvolvimento regional.

2.1 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dentro das políticas públicas estão as que têm como foco o desenvolvimento regional, caso da Sudene, sobre as regiões mais estagnadas em termos de desenvolvimento econômico. O autor abaixo traz uma contextualização sobre o que é uma política regional e qual a sua finalidade:

[...] *política regional* é uma espécie de política pública que tem por objetivo o desenvolvimento de uma determinada região geográfica de um país ou de uma unidade menor, como por exemplo, políticas regionais adotadas com o objetivo de desenvolver microrregiões de um determinado estado (SOUSA, 2008, p.19).

Os anos anteriores a 1960 não podem ser tratados como uma época em que se pensava em planejamento regional no Brasil, pois se tratavam os problemas com ações completamente desvinculadas dos planos nacionais elaborados, o que pode ser considerado uma ação que atendia às demandas emergentes, sendo assim, assumiam mais um caráter assistencialista voltado para resolver esses problemas críticos. Houve então a necessidade de criação de órgãos integradores, após o entendimento de que essa é uma responsabilidade institucional, para resolução dos problemas regionais com atribuições específicas. Por meio da Constituição de 1946 foi possível a designação financeira ao separar 3% da arrecadação ao plano contra a seca no Nordeste, 3% para a valorização econômica da Amazônia e 1% para o plano de aproveitamento econômico das possibilidades econômicas do Rio São Francisco. Mas foi somente com a criação da Sudene em 1959 que se pode considerar de fato um projeto concreto de planejamento regional no Brasil. Além desta, outras regiões também foram beneficiadas com entidades regionais (STEINBERGER, 1988).

Segundo Sousa (2008) em quase todo o mundo o desenvolvimento econômico de um país ou de uma região é promovido por meio de políticas econômicas de Estado, pela percepção de que o setor privado sozinho nem sempre consegue alavancar ou desenvolver uma economia, sendo necessária a intervenção do Estado para a busca do desenvolvimento e para isso o mesmo consegue estabelecer os planos, diretrizes, metas e promove as ações a serem executadas no determinado local. No Brasil, o governo federal passou a considerar os problemas regionais como parte das prioridades nacionais, sendo assim o mesmo faz um

diagnóstico na Política Regional de Desenvolvimento Nacional (PRDN) da realidade econômica de forma ampla e classifica os municípios do país em quatro espécies: alta renda, dinâmica, estagnada e baixa renda, o que facilita na compreensão e determinação das prioridades de políticas desenvolvidas para cada particularidade.

A política de desenvolvimento regional, segundo Araújo (1999) deve ter por objetivo fundamental a redução sistemática das desigualdades regionais, sendo assim, promovendo o enfrentamento dessas diferenças espaciais em níveis de vida da população em determinadas áreas, a fim de criar oportunidades de empregos produtivos para que a força de trabalho tenha um nível de subsistência garantida, além da possibilidade de promover competitividade da região e maior participação de mercado. Os conceitos **eficiência** e **competitividade** são estratégicos e utilizados como base nas ações atuais do governo, além da ampliação da base econômica que elas devem proporcionar a estrutura do modelo deve ser produtiva para se possa ganhar mais mercado, trata de uma economia em contexto competitivo. Dentro da ideia de que o Estado passa a ser o autor das políticas de desenvolvimento regional, criaram-se Planos de Desenvolvimento Regional para que se pensasse particularmente sobre o tema.

2.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: “A OPERAÇÃO NORDESTE”

Entre os anos de 1947 e 1961 houve um considerável agravamento das disparidades regionais no Brasil, decorrentes do processo de crescimento acelerado no pós-guerra e que se concentrou quase inteiramente no Centro-Sul com incentivos à industrialização e substituição das importações no país, pela maior vantagem locacional para o tipo de atividade manufatureira, nesse período o produto real do país aumentou a uma taxa média anual de 5,8% e a economia nordestina regrediu em relação à sua participação na renda nacional. Nessa época, para entender os fenômenos que acentuavam as desigualdades regionais no país não se tinha uma equipe com conhecimento e dedicada a entender os reais problemas da região, apontavam que todos os problemas estavam atrelados à seca. O pensamento mais acentuado a essas questões motivaram a estruturação do Departamento de Estudos Econômicos (ETENE) em 1954, que compunham

especialistas que identificariam, pela primeira vez, com uma base científica, fatores que influenciavam as disparidades regionais com perspectivas de interpretações diferenciadas dos diagnósticos apresentados anteriormente. Naquela época, a ETENE trabalhava juntamente com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na alocação de seus recursos financeiros em setores de crédito industrial e agrícola, nesse contexto, as práticas de desenvolvimento regional se estenderam a cursos e bolsas de estudo para fortalecimento e motivação de uma liderança motivada a buscar soluções para os problemas enfrentados pelo Nordeste. O BNB conseguiu que fosse aceita pela presidência de Juscelino Kubtschek a proposta de um grupo de planejamento nacional, o que ocasionou a criação do Grupo de trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que após foi transformada em Coordenação de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) (ALBUQUERQUE, 1977).

Essa “força-tarefa” empregada com o objetivo de promover o desenvolvimento do Nordeste ficou conhecida, em termos jornalísticos, como “Operação Nordeste”. Onde de fato se tinham pessoas responsáveis e designadas a apresentar um diagnóstico aprofundado das reais motivações da estagnação econômica do Nordeste. Buscando acrescentar um plano de ação estratégico Celso Furtado (1959) expôs algumas impressões acerca da economia local:

- Afirmava que a economia local estabelecida foi de forma inadequada ao meio, o que a torna vulnerável à seca, e que para resolver o problema precisa-se entender o ambiente, para promover uma economia resistente a esse fator natural, mobilizando créditos e assistência técnica, com a redução dos rebanhos e desconcentração populacional.
- Acreditava no aumentados investimentos em setores industriais na região para transformação da economia do Nordeste, proporcionando o aumento de empregos para ocupar a massa desempregada já em centros urbanos que só poderia ser viável pelas atividades secundárias.
- Afirmava que o abastecimento de alimentos era um problema e que se deveriam adotar medidas para melhor utilizar as faixas de zonas úmidas na região, que eram subutilizadas pelos latifúndios do açúcar, pois sem isso a industrialização não seria efetiva.

Os pensamentos de Furtado, junto com a sua equipe especializada no planejamento econômico regional pressionavam a criação de um organização maior que aportasse os seus planos de desenvolvimento para o Nordeste que seria, em 1959 a Sudene, acrescida de propostas que visavam resolver não só os problemas listados acima, mas outros problemas estruturais que passavam a região.

3 METODOLOGIA

Segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa científica pode ser classificada quanto à sua natureza, aos objetivos e aos procedimentos utilizados. O presente trabalho assumiu a estrutura de uma pesquisa de natureza aplicada, com a intenção de gerar conhecimento e possível solução de um problema específico. Trata-se de uma pesquisa descritiva, onde não se tem intenção de intervir nos fatos, e sim de interpretar, explicar e descrever, realizando análises e registros. Quanto ao procedimento, o método utilizado no trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, e o procedimento utilizado na forma de abordagem do problema foi por meio de pesquisa mista, com etapas qualitativa e quantitativa.

Tendo em vista o exposto acima, a fase inicial se caracterizou pela coleta de informações por meio de revisão sistemática da literatura, com a identificação e seleção das bibliografias pertinentes ao tema, com base na publicação dos últimos 20 anos. O material foi pesquisado na base de dados dos Periódicos da Capes, utilizando-se a palavra-chave “Sudene” e filtrando as publicações nas áreas de Administração, Economia e Ciências Sociais e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, utilizando-se os mesmos filtros.

Também foram utilizados sites como *SciELO* e a própria plataforma do Google Acadêmico para filtrar artigos relacionados. Segundo Martins (2006) esse método é o ponto inicial de toda pesquisa e essas informações podem ser coletadas por meio de livros, revistas, artigos, jornais, *sites* da internet ou até mesmo outras fontes com uma devida publicação de informações. As principais fontes para a pesquisa bibliográfica deste trabalho foram livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, *site* da Sudene e portais similares que dispuseram de informações relevantes e concretas para utilização na pesquisa.

Foi realizada uma pesquisa quantitativa para entender as alterações socioeconômicas no Nordeste, sendo assim foram selecionados indicadores como PIB real, por região e estados do Nordeste levantando dados do período de (2007-2015). Também as variações percentuais de empresas ativas por três principais setores da economia por região e estado (2008-2015) e o Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) um indicador composto que visa monitorar anualmente o desenvolvimento econômico brasileiro abordando três áreas: Emprego

e Renda, Educação e Saúde, no trabalho foram acrescentadas as três tabelas por estado e região nordeste e o compilado dos três indicadores. Todos os valores apresentados nas tabelas foram deflacionados utilizando o ano base o período inicial.

Para resolução do problema de pesquisa, que era a análise das mudanças institucionais da Sudene, foi realizada pesquisa documental de leis e decretos de criação e alteração de competências da mesma desde 1959 no Portal LexML, base eletrônica de legislação oficial de iniciativa conjunta dos Três Poderes da República, montando uma tabela com a vinculação, lei ou decreto a qual se relacionava e competências atribuídas, a fim de analisar as mudanças institucionais até a configuração atual da Sudene. Também foi realizada a mesma pesquisa no que se refere às ações e políticas da NovaSudene, segundo objetivo específico da pesquisa, com as publicações disponibilizadas no endereço eletrônico oficial do órgão, nos Planos de Desenvolvimento Regional do Nordeste (PRDNE) elaborado pela Sudene, no período de referência.

4. CARACTERIZAÇÃO DO NORDESTE E A SUDENE

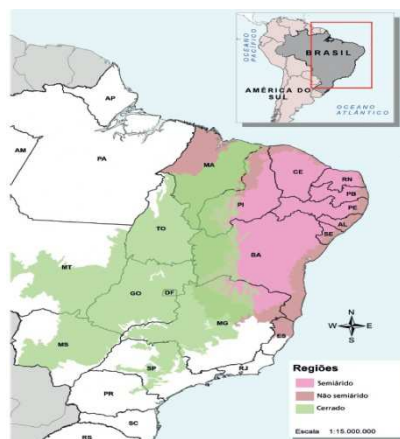
Antes de iniciar a apresentação da atuação da Sudene no Nordeste vê-se como necessário entender o que é essa região que se dispõe de particularidades a serem entendidas para reconhecer a aplicabilidade de ações de políticas de desenvolvimento regional.

4.1 O NORDESTE BRASILEIRO E A ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE

O Nordeste ocupa uma área de 1.600.000 km², cerca de um quinto da superfície do Brasil, onde abriga 110 milhões de pessoas que formam a população no Brasil de acordo com a divisão estabelecida pela Sudene, essa divisão que se caracteriza Nordeste vai começa nos estados do Maranhão até o norte de Minas Gerais, essa delimitação da região pela Sudene visa uma integração perfeita de uma política econômica comum para o promover o desenvolvimento. Nessas regiões há grande irregularidade das precipitações ao longo dos 12 meses do ano, o que ocasiona uma escassez prolongada em bastantes áreas e esse problema que atinge cerca de 38% do Nordeste, caracteriza o chamado “polígono das secas”(ALBUQUERQUE, 1977).

A figura 1 apresentada abaixo trata de uma representação ilustrativa da área de atuação da Sudene, que visualmente permite reconhecer todos os estados pertencentes à região Nordeste, bem como as áreas que fazem parte da cartografia da Sudene, com marcações do semiárido e o Cerrado brasileiro:

Figura 1 - Localização do semiárido e do Cerrado na cartografia da Sudene



Fonte: Sudene (2016).

A tabela 1 aponta a área de abrangência da Sudene, assim como mostra não se limita ao Nordeste, parte de Minas Gerais e Espírito Santo estão contidos como área de atuação, devido às áreas demarcadas no polígono das secas, que se assemelham ao Nordeste, explicando uma necessidade de aplicação da Sudene também nessas áreas. A Bahia é a área que mais possui Nordeste semiárido segundo a tabela, e é o estado que mais possui municípios abrangidos pela cartografia da Sudene, também pelo tamanho do estado, que possui o maior número de municípios na região Nordeste:

Tabela 1 - Municípios abrangidos pela cartografia da Sudene (2005)

Estados	Número de municípios		
	Nordeste semiárido	Nordeste não semiárido	Total
Alagoas	38	64	102
Bahia	265	152	417
Ceará	150	34	184
Maranhão	0	217	217
Paraíba	170	53	223
Pernambuco	122	63	185
Piauí	127	96	223
Rio Grande do Norte	147	20	167
Sergipe	29	46	75
Espírito Santo	0	28	28
Minas Gerais	85	83	168
Total	1.133	856	1989

Fonte: Sudene (2016).

Com relação à tabela 2 apresentada referente à abrangência do semiárido na área Nordeste e outras áreas de atuação da Sudene, cerca de 57% da área total da região representa o semiárido na região Nordeste, em relação as áreas de atuação da Sudene, cerca de 55 % representa áreas em semiárido, sem contar com Espírito Santo que não possui área contida em semiárido:

Tabela 2 - Percentual de abrangência do Semiárido nos Estados, no Nordeste e na Área de atuação da Sudene – 2015.

Especificação	Área total (km ²) (1)	Semiárido		
		Número de municípios	Área absoluta (km ²) (1)	Área relativa %
Maranhão	331.936,9	-	-	-
Piauí	251.611,9	128	149.464,0	59,4
Ceará	148.886,3	150	129.187,7	86,8
Rio Grande do Norte	52.811,1	147	49.097,9	93,0
Paraíba	56.469,7	170	48.680,1	86,2
Pernambuco	98.149,1	122	85.978,4	87,6
Alagoas	27.775,0	38	12.572,6	45,3
Sergipe	21.918,5	29	11.105,7	50,7
Bahia	564.773,1	266	391.543,8	69,3
Nordeste	1.554.291,7	1.050	877.630,2	56,5
Minas Gerais (2)	210.992,9	85	102.567,5	48,6
Espírito Santo (2)	24.367,5	-	-	-
Área da Sudene	1.789.582,1	1.135	980.197,70	54,8

Fonte: Sudene (2016).

A tabela 3 aponta refere-se ao IDHM Municipal, o Maranhão e Alagoas foram os estados que mais tiveram variações de 200 para 2010, em IDH, e, a respeito do Brasil houve uma variação de 18,8%:

Tabela 3 -Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2000-2010)

Estados	IDHM		Variação %
	2000	2010	
Maranhão	0,476	0,639	34,2
Piauí	0,484	0,646	33,5
Ceará	0,541	0,682	26,1
Rio Grande do Norte	0,552	0,684	23,9
Paraíba	0,506	0,658	20
Pernambuco	0,544	0,673	23,7
Alagoas	0,471	0,631	34
Sergipe	0,518	0,665	28,4
Bahia	0,512	0,660	28,9

Nordeste	-	-	-
Brasil	0,612	0,727	18,8

Fonte: Sudene (2016).

4.2 RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO NORDESTE

A tabela 4 apresenta o total do PIB real por regiões do Brasil, em relação à participação no PIB brasileiro, a região Nordeste representou em 2007 cerca de 13,03% e em 2015 houve uma variação deste percentual em 1,12%, pois a participação no período de 2015 foi de cerca de 14,15%, em relação às outras regiões representou um maior percentual de variação entre os anos de 2007 a 2015. A segunda região foi o Centro-Oeste que apresentou uma variação de 1,11%, bem próximo do Nordeste:

Tabela 4 - PIB Real por regiões (2007-2015)

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	2.720.262.951	2.870.675.802	2.885.248.735	3.140.078.383	3.347.905.446	3.549.399.189	3.750.435.394	3.876.930.618	3.818.243.010
NO	135.631.867	144.629.103	143.880.021	167.348.400	184.384.883	191.006.996	205.713.484	206.679.858	204.276.062
NE	354.392.337	374.874.748	391.192.440	422.439.850	446.307.187	481.435.499	509.653.763	540.117.471	540.363.684
SE	1.560.365.099	1.635.276.235	1.623.445.194	1.762.414.377	1.878.474.237	1.985.294.380	2.074.242.920	2.129.807.235	2.062.482.623
S	436.946.735	459.144.225	458.898.101	501.155.899	532.624.699	563.952.725	619.222.087	636.290.075	641.926.822
CO	232.926.912	256.751.489	267.832.976	286.719.856	306.114.438	327.709.586	341.603.137	364.035.978	369.193.819

Fonte: SIDRA – IBGE (2018).

A tabela 5 apresenta o PIB real por estado do Nordeste, em relação à participação no PIB do Nordeste, o estado da Bahia (BA) era o que mais participava em 2007, apresentando um percentual de 30,85%, porém a participação em 2015 apresentou uma variação negativa de -1,97% devido à diminuição da participação no ano de 2015 que foi de 28,88%. O estado que mais variou de 2007 a 2015 foi o Ceará (CE) que apresentou uma variação de 1,05% no PIB real, pois em 2007

obteve participação de 14,34 no PIB do Nordeste e em 2015 apresentou uma participação de 15,39% em relação ao total do Nordeste:

Tabela 5 – PIB Real por Estado (2007-2015)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
MA	30.730.866	35.015.602	35.486.990	37.421.925	39.889.485	44.592.782	47.618.771	51.551.072	49.974.632
PI	13.736.085	14.957.389	16.401.011	17.995.271	19.844.983	21.111.452	22.005.903	25.307.592	24.930.543
CE	50.818.749	55.769.938	58.171.708	64.110.140	68.616.759	71.488.207	76.699.884	84.566.263	83.182.059
RN	26.318.259	26.676.691	26.784.153	29.240.001	31.359.336	34.214.676	36.239.769	36.242.173	36.457.846
PB	22.909.811	24.821.908	26.168.980	27.088.882	28.388.262	31.322.041	32.623.311	35.513.540	35.751.381
PE	62.459.325	64.999.482	69.045.150	78.537.179	84.272.918	94.352.409	99.289.710	104.080.670	99.952.469
AL	19.871.266	20.550.443	20.933.507	21.925.687	24.217.656	25.543.971	26.225.751	27.488.926	29.525.485
SE	18.218.450	19.771.418	18.790.895	21.337.287	22.267.649	24.219.079	24.856.489	25.139.160	24.552.290
BA	109.329.528	112.311.875	119.410.042	124.783.472	127.450.135	134.590.880	144.094.171	150.228.073	156.036.975
Nordeste	354.392.339	374.874.749	391.192.441	422.439.848	446.307.187	481.435.499	509.653.764	540.117.472	540.363.684

Fonte: Sidra-IBGE (2018).

De acordo com a tabela 6, a maioria das empresas dos estados do Nordeste estão concentradas no setor primário, na categoria **(Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura)** onde Piauí (PI) e Sergipe (SE) apresentam a maior variação de 2008-2015 nesse setor, respectivamente 209,09% e 300%. Por região o Sul é que mais variou em relação a empresas nesse setor primário, o Nordeste fica em 2º lugar. Em relação ao setor de indústrias extrativas a maior variação percentual em empresas foi no estado do Pernambuco (PE) com percentual de 133%:

Tabela 6 – Variação percentual de empresas ativas por setor da economia (2008-2015)

Região	A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	B Indústrias extrativas	C Indústrias de transformação
Norte	-1,75%	-73,47%	-34,88%
Nordeste	32,12%	-27,55%	-19,43%
Sudeste	-79,59%	-25,61%	-50,92%
Sul	70,06%	-72,60%	-38,15%
Centro-Oeste	28,32%	-51,43%	-33,18%
MA	22,58%	20,00%	16,33%
PI	209,09%	-	-12,77%
CE	-20,37%	-50,00%	-7,93%

RN	163,64%	-34,62%	-18,18%
PB	50,00%	-20,00%	-47,37%
PE	40%	133%	-15%
AL	-57%	-75%	-15%
SE	300%	0%	-52%
BA	30%	-34%	-27%

Fonte: Sidra-IBGE (2018).

Antes de analisar os indicadores apontados pelo IFDM é importante frisar que o mesmo utiliza como base os seguintes conceitos:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 = **baixo desempenho**
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 = desempenho regular
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 = desenvolvimento **moderado**;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 = **alto** desenvolvimento.

Em relação à renda exposto na tabela 7, este é um indicador nos estados que se apresenta em geral com um baixo desempenho, ou seja, os estados estão entre um conceito de baixo/ regular em estágio de desenvolvimento, o estado que apresentou um maior indicador em 2016 foi o Rio Grande do Norte, apesar de ter passado por uma queda ao longo do tempo. Em média o Nordeste apresentou queda nesse indicador e se mantém em um estágio baixo de desenvolvimento em sobre renda:

Tabela 7 – Índice FIRJAN em relação renda por estado (2007 - 2016)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PI	0,41899	0,40616	0,41170	0,41813	0,41684	0,43090	0,41463	0,38350	0,33562	0,36203
MA	0,40187	0,37888	0,38863	0,41462	0,40050	0,38638	0,39675	0,39458	0,33016	0,35703
CE	0,47337	0,46602	0,49610	0,46700	0,47565	0,47584	0,47745	0,45261	0,39383	0,42277
RN	0,48938	0,47470	0,50305	0,49078	0,48277	0,49860	0,48394	0,44989	0,39151	0,43053
PB	0,46688	0,45304	0,47999	0,46540	0,46123	0,48123	0,45233	0,43860	0,35844	0,40690
PE	0,50712	0,49739	0,52242	0,51665	0,51407	0,50919	0,48917	0,44300	0,37646	0,39679
AL	0,50922	0,49623	0,50055	0,48938	0,48795	0,50810	0,46730	0,43331	0,36127	0,40183
SE	0,49665	0,49134	0,52627	0,53461	0,51829	0,52978	0,49150	0,47219	0,39189	0,39274
BA	0,47689	0,46441	0,48926	0,48775	0,48007	0,48660	0,46976	0,44487	0,37210	0,41158
Nordeste	0,47115	0,45868	0,47977	0,47604	0,47082	0,47851	0,46031	0,43473	0,36792	0,39802

Fonte: Sidra – IBGE (2018).

Em relação à tabela 8, pode-se inferir que a partir do ano de 2007 houve um aumento significativo em relação à educação, com destaque para Ceará (CE) que apontou em 2016 um indicador bem próximo do estágio de alto desenvolvimento com 0,77745, quase 0,8 que indica o nível máximo. Também o estado de Rio Grande do Norte (RN) apresentou um indicador considerável 0,71451 e o estado de Alagoas (AL), apesar de estar abaixo dos anteriores apresentou uma evolução positiva ao longo dos anos:

Tabela 8 - Índice FIRJAN em relação à educação por estado (2007 – 2016)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PI	0,50299	0,52102	0,54458	0,57617	0,60853	0,61565	0,64066	0,64536	0,68525	0,68749
MA	0,49259	0,51478	0,53709	0,55665	0,57590	0,57827	0,59641	0,59061	0,61309	0,61747
CE	0,60028	0,60808	0,63843	0,67531	0,70741	0,71295	0,74350	0,74308	0,77311	0,77746
RN	0,56901	0,58348	0,60101	0,63628	0,65072	0,65992	0,69336	0,69866	0,71542	0,71452
PB	0,51231	0,52459	0,54335	0,56334	0,58912	0,60807	0,65563	0,67136	0,69032	0,68454
PE	0,50656	0,52791	0,57011	0,59245	0,61833	0,62685	0,65894	0,67072	0,69365	0,68758
AL	0,40319	0,44254	0,47073	0,50602	0,51898	0,53407	0,57240	0,57908	0,61324	0,62530
SE	0,54655	0,56431	0,57316	0,59945	0,62361	0,62506	0,64381	0,63869	0,65149	0,65471
BA	0,41908	0,43981	0,46635	0,50427	0,53872	0,55615	0,60110	0,61535	0,64118	0,63799
Nordeste	0,50584	0,52517	0,54942	0,57888	0,60348	0,61300	0,64509	0,65032	0,67519	0,67634

Fonte: SIDRA – IBGE (2018).

Neste indicador, tabela 9, o Ceará (CE) e Pernambuco (PE) se destacaram apresentando um alto estágio de desenvolvimento em saúde, com valores que perpassam 0,8, em 2016, com relação aos seus valores de referência conceitual do índice. Ao longo dos anos os estados apresentaram crescimento e o Nordeste, em função disso tem chegado perto do nível alto de desenvolvimento, estando com 0,72061:

Tabela 9 - Índice FIRJAN em relação à saúde por estado (2007 - 2016)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PI	0,46700	0,54680	0,56934	0,58089	0,59305	0,60879	0,62721	0,64500	0,67045	0,68219
MA	0,41276	0,44546	0,46471	0,47113	0,49211	0,51271	0,53083	0,54683	0,56270	0,58247
CE	0,61388	0,67258	0,69227	0,70727	0,72712	0,74336	0,74982	0,76056	0,77931	0,80045
RN	0,60574	0,64377	0,65635	0,66490	0,67770	0,69441	0,71479	0,72895	0,74964	0,78380
PB	0,55288	0,57785	0,59263	0,60880	0,64509	0,67312	0,69764	0,71572	0,72999	0,74881
PE	0,55564	0,59732	0,61486	0,63683	0,66576	0,69651	0,72498	0,75306	0,78593	0,81164
AL	0,50459	0,53604	0,54907	0,57096	0,59884	0,63389	0,65516	0,68396	0,71543	0,74746
SE	0,60487	0,63788	0,65682	0,67540	0,68345	0,69284	0,69476	0,70871	0,72277	0,73576
BA	0,38601	0,43253	0,45234	0,46609	0,48866	0,51300	0,53124	0,54901	0,56799	0,59292
Nordeste	0,52260	0,56558	0,58316	0,59803	0,61909	0,64096	0,65849	0,67686	0,69825	0,72061

Fonte: SIDRA – IBGE (2018).

Numa junção dos três indicadores analisados pela FIRJAN, na tabela 10, a região Nordeste tem crescido, não apresentando uma regressão, porém ainda se encontra em um nível regular de desenvolvimento, pode-se dizer que os estados que mais tem contribuído com esse indicador é o Ceará (CE) e Rio Grande do Norte (RN) com uma média entre as três variáveis quase perto de um nível de desenvolvimento moderado:

Tabela 10 - Índice FIRJAN (consolidação dos três indicadores) por estado (2007 - 2016)

Estado	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PI	0,46299	0,49133	0,50854	0,52506	0,53948	0,55178	0,56083	0,55796	0,56377	0,57724
MA	0,43574	0,44637	0,46348	0,48080	0,48950	0,49245	0,50800	0,51067	0,50198	0,51899
CE	0,56251	0,58222	0,60893	0,61653	0,63673	0,64405	0,65692	0,65208	0,64875	0,66689
RN	0,55471	0,56731	0,58681	0,59732	0,60373	0,61765	0,63070	0,62583	0,61886	0,64295
PB	0,51069	0,51849	0,53865	0,54585	0,56515	0,58747	0,60187	0,60856	0,59291	0,61342
PE	0,52311	0,54087	0,56913	0,58197	0,59938	0,61085	0,62437	0,62226	0,61868	0,63200
AL	0,47233	0,49160	0,50678	0,52212	0,53526	0,55868	0,56496	0,56545	0,56331	0,59153
SE	0,54936	0,56451	0,58542	0,60315	0,60845	0,61589	0,61002	0,60653	0,58872	0,59440
BA	0,42733	0,44558	0,46931	0,48603	0,50248	0,51858	0,53404	0,53641	0,52709	0,54750
Nordeste	0,49986	0,51648	0,53745	0,55098	0,56446	0,57749	0,58797	0,58730	0,58045	0,59832

Fonte: SIDRA – IBGE (2018).

4.3 DA CRIAÇÃO À EXTINÇÃO DA SUDENE

Celso Furtado (1959b) afirma que o desenvolvimento no mundo todo está propenso a criar desigualdades e esse processo de crescimento econômico comumente traz o problema da concentração, ou seja, algumas regiões crescem e outras sofrem com esse crescimento, causando problemas que dificultam a formação da nacionalidade, tendo como resultado a formação de espaços subdesenvolvidos. “Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (FURTADO, 2014; p. 88).

O olhar para adoção de Novas medidas para o desenvolvimento do Nordeste começa em 1958, momento em que a região passava por um dos seus piores cenários devido à seca, prejudicando gravemente a produção de alimentos e evidenciando que de fato o governo tinha errado em seu diagnóstico primário, de que o problema da região se resolveria apenas com a criação de açudes para irrigação, como vinha sendo praticado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DOCS) (TOLEDO, 2013).

Conforme relatório do GTDN (1967, *apud* OLIVEIRA, 2016) a Sudene originalmente surgiu a partir do grupo de trabalho liderado por Celso Furtado, que buscou investigar os motivos pelos quais o Nordeste passava por dificuldades de desenvolvimento, propondo ações para os problemas enfrentados pela região. As propostas de Furtado começaram a serem executadas pela Codeno seguindo os planos para o Nordeste propostas ao presidente Juscelino Kubitschek por Furtado, em 1959, enquanto a Superintendência esperava a aprovação do Congresso Nacional (MENDES, 2017). O ponto nevrálgico para o surgimento de uma autarquia independente para atuação nessa questão problemática deve-se à percepção da ineficiência das práticas clássicas adotadas, sendo preciso, então, de um órgão com práticas mais flexíveis e, que centralizasse totalmente as responsabilidades de recursos técnico-financeiros, contratação de pessoal, compras, suprimentos e contratos de obras públicas (SOUZA, 2012).

Godoy (2013) corrobora com a ideia de Souza (2012) sobre a importância dada a um projeto eficiente, diferente da estrutura anterior vivenciada e, acrescenta que a Sudene foi considerada uma ameaça para a elite tradicional do Nordeste. Políticos e fazendeiros temiam a perda do controle dos “currais eleitorais” praticados

na época e dos latifúndios instalados, isso porque um dos objetos do órgão era a atuação transparente, com a participação dos nove governadores de partidos diferentes, para o não favorecimento de projetos em detrimento dos outros.

A Sudene, desde seus primórdios, sofreu com as reações político-ideológicas das elites, que promoviam resistência às propostas planejadas, como por exemplo, o Projeto de Lei de Irrigação que buscava meio de controle da utilização de terras e água, uma espécie de reforma na organização territorial, desconcentrando o poder sobre esses recursos. Essas pressões limitavam o trabalho do Grupo de Desenvolvimento, fazendo com que se atuasse com linhas de menor resistência para não conflitar diretamente com as frentes fincadas, infiltradas em setores políticos, intelectuais e empresariais (DINIZ, 2009).

Para estabelecer as ações a serem desenvolvidas, a Sudene escreveu um Plano Diretor Plurianual juntamente às entidades estaduais e federais para especificar o que iria realizar em cada região, essa proposta deveria ser encaminhada ao Conselho e levado à Presidência da República, que após as análises era encaminhado do Executivo ao Legislativo, que faria a aprovação do Projeto de Lei. O Congresso Nacional era responsável pela aprovação de cada etapa do Plano Diretor, por mais que se baseassem nos orçamentos e estimativas anteriormente aprovadas. A Sudene elaborou em total quatro Planos Diretores, sendo os três primeiros de duração trienal, cobrindo os períodos: 1961-1963 - I Plano Diretor (efetivamente aprovado no final 1961, passando a vigorar de fato no ano seguinte); 1963-1965 - II Plano Diretor (Continuação do I Plano); e 1966-1968 - III Plano Diretor. O IV Plano foi aprovado pelo Congresso Nacional, que deveria vigorar por cinco anos (1969-1973), porém foi substituído em 1972 pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste (CARVALHO, 2014).

O BNB serviu de base para as ações desenvolvimentistas na região, auxiliando em estabelecimento de créditos públicos. O I Plano Diretor contemplou o incentivo às empresas no que diz respeito aos investimentos industriais, com a dedução no Imposto de Renda, de acordo com o porte das mesmas. Promoveram-se, na época, incentivos fiscais e investimentos em potenciais indústrias estatais como, a Vale do Rio Doce e Petrobrás, com o apoio dos créditos Públicos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do BNB. A produção de bens não duráveis se deslocou para os bens intermediários, com destaque para o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia e o Complexo Minerometalúrgico, no

Maranhão. Também as técnicas agrícolas se modernizaram e o setor de serviços se desenvolveu nas principais cidades. Entre o período de 1967 e 1989, o setor agrícola teve sua participação relativa reduzida de 27,4% para 18,9% no PIB regional, enquanto os setores industriais e de serviços elevaram os seus pesos, de 22,6% para 29,3%, e de 49,9% para 58,6%, respectivamente, segundo Araújo (2002, *apud* OLIVEIRA, 2016). O Nordeste de 1960 a 1967 chegou a crescer mais que o Brasil, com taxas médias anuais de 4,4% e 3,9%, respectivamente, voltando a regredir, com baixo crescimento (-0,5% e 0,5%) entre os anos de 1987 a 1993 com a crise econômica e elevada taxa de inflação, como indicam Gomes e Vergolino (1995, *apud* OLIVEIRA, 2016).

De acordo com o Documento de Desempenho Econômico do Nordeste registrado em 1999 pela Sudene, houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste com destaque para os anos em que ocorreu o milagre econômico (1970-80) o PIB apresentou um crescimento anual de 8,7% enquanto o obtido pelo Brasil foi de 8,6%. Esse crescimento foi em razão dos investimentos realizados em infraestrutura e indústria. A tabela 11 abaixo mostra o crescimento do PIB no Nordeste e Brasil da década de 60 a 80:

Tabela 11 - Taxa Média de Crescimento do PIB Real no Nordeste e Brasil (1960-97)

PERÍODO	NORDESTE	BRASIL
	Taxa (%)	Taxa (%)
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-97	3,2	3,1

Fonte: Sudene (1999).

A participação no PIB brasileiro pelo Nordeste de 1960-1997 foi de 13% em 1960 a 16% em 1997. Dentro desse tempo a estrutura econômica produtiva se modificou, a agropecuária passou a ter menos participação no PIB que o setor industrial, que registrou um aumento de 22,1% para 24,7% enquanto na agropecuária houve enxugamento de 30,5% para 11,9%. Houve um destaque positivo para o setor industrial que pode estar relacionado aos investimentos em

serviços, e como consequência a geração de empregos, houve aumento de 47,4% para 63,4% como mostra a tabela 12:

Tabela 12 - Taxa de participação do PIB setorial no Nordeste (1960-97)

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1997	11,9	24,7	63,4	100,0

Fonte: Sudene (1999).

Com a Nova Política instalada em 1964, a Sudene se deparou com a transição de órgão autônomo para uma simples administradora de incentivos fiscais, toda a ideia de um agente de desenvolvimento se perdeu pela ação política instaurada, e os objetivos iniciais se perderam juntamente a razão de ser da autarquia, o atraso político atenuou a pobreza econômica do Nordeste, os governadores nada mais eram do que funcionários do Governo Central que regulavam o Estado (FURTADO, 1979).

Para Carvalho (2006) o Golpe de 1964 fez com que a Sudene abdicasse das preocupações reais pelo qual fora incumbida de resolver, que era a questão da redução das desigualdades regionais, fazendo com o que o desenvolvimento regional passasse a não ter uma atenção especial como antes. Não se pensava na particularidade, mas o desenvolvimento regional como um elemento na estratégia global em si, que visava a expansão da integração produtiva do mercado interno promovida pela industrialização pesada, a Sudene naquele momento passa a servir de reforço da unidade e segurança nacionais, sem pensar nas dimensões sociais.

Alegando que as duas Superintendências Sudene e Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) estavam sendo palco de corrupção, o Governo Federal decide extingui-las em 2001, e no lugar, criou a Adene e Ada (Agência do Desenvolvimento da Amazônia). Alguns dos defensores da extinção dos órgãos afirmaram que as mesmas tiveram tempo suficiente para promover as mudanças sugeridas e como não tiveram êxito, foram ineficientes em sua missão, deveriam ser extintas de fato, não tinham porque permanecerem ativas.

Em particular a Sudene, existiam três fatores fortes que a acusavam da corrupção no sistema: a concentração de renda, se por um lado o objetivo era diminuir desigualdade, ela estava promovendo o oposto, ou seja, o crescimento desigual; que os mais beneficiados pelas políticas da mesma eram as oligarquias da região e o Centro-Sul, e não os menos favorecidos; e a distribuição dos recursos se dava de forma incorreta em detrimento do enriquecimento de uma parcela que era privilegiada (CARVALHO, 2006).

Moreira (2003) aborda os problemas no sistema de incentivos fiscais no que tange à distribuição dos Recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e fala que o motivo pelo qual culminou a corrupção tem razão do fato de os recursos terem origem na própria empresa incentivada, que permitia que as empresas conseguissem recuperar para si, parcela do imposto devido, de forma aberta, não fiscalizada, culminando uma série de investimentos falsos ou com valor bem maior que o real no Nordeste.

Falhas encontradas na Sudene que contribuíram para a ineficiência e desvios em aplicação dos recursos:

Inobservância de critérios para seleção dos projetos e liberação de recursos do Finor; Carência de pessoal responsável pela fiscalização, em face do volume de projetos aprovados; Registros desatualizados e/ou incompletos; Inexistência de programa de aperfeiçoamento dos técnicos responsáveis pela análise de projetos; Inexistência de programação das fiscalizações in loco nos projetos incentivados pelo Finor; Falta de atuação da auditoria interna da Sudene no sistema; Aplicação remota de medidas punitivas; Falta de mecanismos para apurar possíveis superfaturamentos; Inexistência de cronograma de desembolso de recursos para os projetos em implantação; Liberação de recursos a empresas inadimplentes; Existência de projetos em implantação há vários anos sem o devido aporte de recursos incentivados; Falta de adoção de providências para recuperação dos recursos aplicados em projetos mal-sucedidos, causadores de prejuízos ao Finor estimados em US\$ 532 milhões; Falta de integração entre os sistemas de controle da Sudene e do BNB (MOREIRA, 2003, p. 214).

Esses problemas envolvendo a Sudene e Finor motivaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Finor), denunciando, em 2001, quase diariamente, escândalos de corrupção, assim danificando a base política do Governo no Congresso Nacional. Além da paralisação do Ministério da Integração Nacional, que tentava recuperar as superintendências, as críticas em relação aos atos ilícitos eram cada vez maiores, pressionando o Governo todos os dias a agir e reformar as

políticas fiscais regionais. Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de modificar a estrutura estabelecida, extingue a Sudene e a Finor, passando a ser respectivamente Adene e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN), administrado pela primeira. As principais mudanças ocorridas com a Medida Provisória foram: a extinção de todos os 12 escritórios regionais da Sudene, o Conselho Deliberativo passou a ser presidido pelo ministro da Integração Nacional e passou a ser formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e da Agricultura e governadores dos estados. Foi vetado que os integrantes fossem representados ou substituídos. Passou-se a seguir um rígido calendário de reuniões, onde ocorreriam duas reuniões anuais para discussão de planos e diretrizes, houve reforma de servidores, apenas 40% dos funcionários que trabalhavam na Sudene continuariam a trabalhar na Agência, os outros foram redistribuídos para órgãos do Poder Executivo do Governo Federal (CARVALHO, 2006).

4.4 A RECRIAÇÃO DA SUDENE

Nos anos em que ocorria o processo de recriação da Sudene foi criado um Movimento que visava aceleração da lei em tramitação no Congresso Nacional, o Movimento Acorda Nordeste (MANO) em 2004, evidenciando a importância da sociedade no andamento da aprovação da Lei Complementar nº 125 de 3 de janeiro de 2007, que recriava Sudene e extinguiu a Adene, no pensamento da necessidade de um órgão com capacidades mais autônomas para desenvolver o Nordeste. O superintendente responsável por essa Missão foi Paulo Sérgio Fontana, presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral e com experiências em serviços públicos, mostrando condições necessárias para assumir o cargo (MANO, 2008). Vale destacar alguns aspectos peculiares do novo órgão abordados no trabalho realizado pelo MANO:

- **Desenvolvimento de Planos Regionais:** a Sudene volta a realizar a Planos Regionais de Desenvolvimento, e estes devem receber autorização no Congresso Nacional para que virem leis e garantam a segurança de que serão realizados efetivamente.
- **Criação de comitês para entidades de crédito:** é de responsabilidade do Superintendente a criação dos comitês de apoio a análises dos investimentos

destinados ao Nordeste para os principais órgãos de atuação BB, BNDES, CEF e BNB.

- **Comitê dos Órgãos Federais:** Instalação dos comitês para os membros atuantes do Nordeste como CHESF, CODEVASF, FUNDAJ, BNB, e DNOCS. De forma a unir as ideias e transformá-las em um único objetivo para atuação em um sentido único e em sentidos iguais.

De acordo com Costa (2016) a Nova Sudene passa a ser composta pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Colegiada, Procuradoria-Geral, vinculada à Ouvidoria-Geral da União, Auditoria Geral e Ouvidoria. Em relação ao Conselho esse é organizado trimestralmente ou por alguma convocação do presidente, sendo integrado por nove governadores dos estados do nordeste e mais os governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, na ausência destes somente podem ser substituídos pelos seus respectivos vices, pelos Ministros de Estado da Fazenda, da Integração Nacional e do Planejamento, pelos demais Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Executivo, na ausência destes deveriam ser substituídos pelo Secretário-Executivo de cada Ministério, por três representantes dos municípios, três representantes da classe empresarial e três representantes da classe trabalhadora, todos de sua área de atuação, pelo do BNB e pelo Superintendente do órgão.

Segundo Silva e Almeida (2011), a Nova Sudene, recriada em 2007, teria o objetivo de formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, avaliando os impactos econômico e social da política empregada por ela. Diferente da antiga Superintendência, ela trabalha juntamente ao Ministério da Integração Nacional, aos ministérios setoriais e aos órgãos e entidades das regiões para elaborar seu Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), por meio do quais as políticas para o desenvolvimento regional são estruturadas e ganham a forma de plano, com especificação de metas sociais e econômicas que irão fazer parte dos relatórios da Sudene, questão enviados a todos os governadores da área de atuação da mesma. Outro diferencial é um investimento mais forte em infraestrutura, capital humano e inovação, divergindo a ideia antiga de fomento ao capital privado da região.

5 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA SUDENE

Nos sub tópicos a seguir serão apresentadas as mudanças institucionais da Sudene e as novas políticas empregadas pela mesma, de acordo com o PRDNE de 2011.

5.1 MUDANÇA INSTITUCIONAL DA SUDENE

O quadro 2 abaixo, apresenta as mudanças institucionais ocorridas na Sudene ao longo dos anos, a partir do período de criação, de acordo a Legislação da mesma no que tange suas leis e decretos:

Quadro 2 - Apresentação das mudanças Institucionais da Sudene (1959-2007)

PERÍODO	VINCULAÇÃO	LEGISLAÇÃO	COMPETÊNCIA
1959 - 1964	Presidência da República	LEI Nº 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959	Estudar e propor diretrizes para o Desenvolvimento do Nordeste; Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução dos projetos; Coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira para o Nordeste.
1964 - 1967	1964: Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR) 1967: Ministério do Interior (MINTER).	LEI Nº 4.344, DE 21 DE JUNHO DE 1964 DECRETO-LEI Nº 200, DE 25.02.1967	Assume a mesma competência
1967 - 1999	Até 1990: MINTER 1995: Ministério do Orçamento e Planejamento (MPO)	DECRETO-LEI Nº 200, DE 25.02.1967 DECRETO Nº 1.361, DE 1 DE JANEIRO DE 1995	Assume a mesma competência
2001	Ministério da Integração Nacional	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.145, DE 2 DE MAIO DE 2001	Propor e coordenar o Plano de Desenvolvimento do

PERÍODO	VINCULAÇÃO	LEGISLAÇÃO	COMPETÊNCIA
			<p>Nordeste;</p> <p>Gerir os fundos de investimento;</p> <p>Aprovar, autorizar contratação e liberar recursos dos projetos atrelados ao fundo;</p> <p>Auditar e monitorar resultados da aplicação de recursos;</p> <p>Implementar recursos e pesquisas para identificar problemas e propor estratégias;</p> <p>Fortalecer as estruturas produtivas, promover redes de informações e fornecer ações de desenvolvimento social;</p> <p>Fazer alianças com outros organismos;</p> <p>Fazer estudos de viabilidade de projetos;</p> <p>Promover programas de qualificação profissional do capital humano;</p> <p>Realizar estudos de gestão e ordenamento e avaliar os impactos causados;</p> <p>Adequar as políticas ao modelo de desenvolvimento regional.</p>
2007	Ministério da Integração Nacional	LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007	<p>Definir os objetivos e metas para as políticas;</p> <p>Formular planos e propor diretrizes;</p> <p>Propor diretrizes para a industrialização regional;</p> <p>Articular e propor</p>

PERÍODO	VINCULAÇÃO	LEGISLAÇÃO	COMPETÊNCIA
			<p>programas e ações nos ministérios setoriais estabelecendo prioridades;</p> <p>Articular as ações públicas e fomentar as ações sociais, bem como garantir o cumprimento das ações;</p> <p>Ser agente do sistema de planejamento e orçamento;</p> <p>Assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração dos planos;</p> <p>Apoiar e estimular os investimentos públicos e privados por meio de benefícios e incentivos nas áreas em que atua;</p> <p>Promover assistência técnica e financeira internacional na região;</p> <p>Propor por meio da resolução do Conselho Deliberativo os critérios para aplicação dos recursos (principalmente os de bases tecnológicas);</p> <p>Promover desenvolvimento econômico, social e tecnológico para a região e proteção ambiental, por meio de suas políticas.</p>

Fonte: LXML (2018) Elaborado pela autora.

Nessa evolução apresentada dentro do quadro são apontadas as vinculações atreladas à autarquia, com as respectivas Leis e Decretos que se modificaram ao longo do período e as competências que a mesma passou a assumir ou acrescentar com essas alterações.

No período entre (1959-1964) a Sudene era subordinada diretamente à presidência da República, na época do governo do Juscelino Kubitschek, quem à

criou com a Lei 3692, assumindo o compromisso pelo desenvolvimento regional e apresentando as competências que são descritas no quadro acima.

Em 1964, a partir do Golpe Militar a Sudene passa a se vincular ao Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR), com as mesmas funções administrativas e as mesmas atividades, que como descrito ao longo do trabalho com limitações na execução de suas atividades.

Em 1967 é criado o (MINTER) pelo Decreto-lei nº 200, que cria o órgão e o torna as entidades como a Sudene vinculadas à ela que se estende até o ano de 1990, sem alteração das competências. Em 1995 a Sudene passa a se vincular ao (MPO).

Em 2001, a Adene é instituída e passa a se vincular ao Ministério da Integração Nacional, assumindo a competências listadas no quadro de acordo com a Medida provisória Nº 2.145 que a cria e extingue a Sudene.

Em 2007, com a Lei complementar nº 125 a Sudene é recriada e se vincula ao Ministério da Integração Nacional, e assume as competências listadas acima de acordo com a lei de criação, assumindo novamente sua função.

5.2 AS POLÍTICAS EMPREGADAS PELA NOVA SUDENE

Das suas diretrizes estratégicas a Nova Sudene possui ao todo 4 diretrizes e 14 objetivos que vão de encontro com a Lei complementar que recria a Sudene, essas informações estão dispostas em seu site:

Diretriz 1 - Promover a competitividade sistêmica da base produtiva do Nordeste

- a) Promover o aumento da competitividade, com o fortalecimento da estrutura produtiva, com os incentivos à inovação, por meio de investimentos para estruturar a economia;
- b) Fortalecer a infraestrutura da região como aquela voltada para a inclusão da cadeia produtiva;
- c) Ampliar a aplicação dos recursos dos fundos de investimento, incentivos fiscais e outras fontes de investimentos;

- d) Acrescentar a abordagem regional nas políticas nacionais, principalmente ao semiárido;
- e) Fortalecer a administração pública.

Diretriz 2 - Universalizar o acesso a ativos estratégicos

- f) Incentivar a qualidade da educação em todos os níveis;
- g) Propor soluções viáveis ao semiárido;
- h) Propor a sustentabilidade regional
- i) Incentivar a atuação do sistema regional de Defesa Civil.

Diretriz 3 - Promover a excelência técnica e a qualidade da gestão na SUDENE

- j) Valorizar a modernização da gestão e dos seus servidores com:
 - A Reestruturação as unidades gestoras;
 - Modernização da gestão;
 - Qualificar dos seus servidores;
- k) Garantir uma qualidade da gestão de informações, com a proteção do banco de informações;
- l) Garantir uma modernização das instalações internas e qualidade do ambiente de trabalho.

Diretriz 4 - Fortalecer a imagem da SUDENE

- m) Melhorar a comunicação interna e externa, por meio de alianças;
- n) Transformar o colegiado da Sudene em um fórum de discussão de ações estratégicas a respeito do tema de desenvolvimento regional.

A respeito de suas ações, no quadro abaixo são listadas todas as ações empregadas pela Nova Sudene, cada ação é determinada dispondo de uma nomenclatura e são apresentadas uma breve descrição de suas finalidades de ações para o desenvolvimento regional de acordo com o quadro 3:

Quadro 3 - Ações da política de desenvolvimento regional da Nova Sudene

Ação	Finalidade
4640	Tem o objetivo de capacitar os empreendedores locais para aumento da competitividade, por meio de cursos para qualificar a mão-de-obra para as atividades produtivas.
20WQ (Plano Orçamentário 004)	Tem como foco a realização de planejamento regional, deve ser realizado todo o estudo regional, identificando limitações, monitorando ações governamentais e identificando potencialidades, de forma a conseguir fazer aplicações corretas dos recursos da Sudene.
20WQ (Plano Orçamentário 005)	Visa a implantação de iniciativas em relação às Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional, utilizar ações sociais para apoiar as iniciativas políticas governamentais empregadas pela Sudene.
Ação 20WQ (Plano Orçamentário 005)	Visa a implantação de iniciativas em relação às Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional, utilizar ações sociais para apoiar as iniciativas políticas governamentais empregadas pela Sudene.
Ação 20WQ (Plano Orçamentário 006)	Desenvolver sistema de integração de dados com os demais órgãos federais, criação de software de gerenciamento de dados para ações de desenvolvimento regional, com ajuda de técnicos especializados para a manutenção e divulgação dos dados.
Ação 8917	Melhorar o poder público local por meio de parcerias para capacitação dos servidores nos aspectos técnicos gerenciais, administrativos organizacionais e financeiro-fiscais, de modo que se consiga identificar os problemas e fortalecer o planejamento.
Ação 8340	Esta apoia o incentivo local à inovação de forma que se possa empregar novos meios e produtos para ter um espaço no mercado, também apoia o empreendedor e incentiva-o por meio de condições para exercer atividades inovadoras em sua base produtiva.
Ação 214S	Tem o objetivo de fornecer infraestrutura, com apoio a toda cadeia produtiva, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, promovendo intercâmbio e capacitação aos empreendedores, identificar e resolver os gargalos produtivos. Além do fomento ao

Ação	Finalidade
	associativismo e cooperativismo.
Ação 8902	Promover a sinergia interministerial e entre os diversos níveis governamentais para expandir os investimentos regionais com projetos semelhantes que visam fortalecimento das ações de desenvolvimento.

Fonte: Sudene (2018) Elaborado pela autora.

A Sudene fornece incentivos fiscais aos setores produtivos locais por meio da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) para estimular as atividades e o desenvolvimento em suas áreas de atuação. Nesse sentido ela possui modalidades de incentivos fiscais como, a isenção do IRPJ aos empreendimentos enquadrados no Programa de Inclusão Digital, redução de 75% do imposto aos novos empreendimentos, reinvestimentos de 30% do imposto devido em modernização e compra de equipamentos e Depressão Acelerada incentivada de bens adquiridos e com também descontos dos créditos de contribuições do PIS/PASEP e COFINS. Todas essas modalidades obedecem a critérios para o seu devido beneficiamento passando por avaliações feitas para medir a capacidade de contemplação dos direitos sobre o incentivo oferecido (SUDENE, 2018).

Os planos para desenvolvimento são regidos pelo PRDNE, como mencionado anteriormente, por meio desse instrumento a Sudene consegue estabelecer suas metas, objetivos, prioridades e diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável, com ações governamentais e apoio da iniciativa privada para a execução das políticas locais, estaduais e nacionais. Das diretrizes dispostas no plano constituem de 6 diretrizes estratégicas que orientam a Sudene na execução de desenvolvimento regional:

Diretriz 1 – educação para a inclusão e o desenvolvimento

Essa primeira diretriz trata-se da questão de melhoria da educação local, por meio da oferta de melhores estruturas educativas em todos os níveis de educação, incentivando a educação profissionalizante para a qualificação da mão de obra,

erradicando o analfabetismo e valorizando a ciência e tecnologia para aumentar a competitividade e desenvolvimento local.

Diretriz 2 – promover a competitividade do setor produtivo regional

Por ser a região Nordeste dotada de um sistema produzido tradicional, essa diretriz visa a modernização dos sistemas produtivos locais, com a adoção de um sistema que se utiliza de base tecnológica avançada com foco na inovação para aumento da competitividade. Sendo assim, visa o fomento desses setores estratégicos que se carregam de um valor agregado e um conhecimento especializado. Visa também a reorientação do papel dos grandes projetos industriais com o intuito de acelerar o processo de desenvolvimento e propor um eficiência no arranjo produtivo local, fortalecendo as médias e pequenas empresas que são responsáveis por grande parte das ofertas de emprego.

Diretriz 3 – prover o Nordeste de infraestrutura física urbana, de transportes e de comunicação necessárias à sua integração interna e externa

Trata-se da reestruturação e reorganização da infraestrutura local, como energias, transportes, comunicações e das cidades, promovendo uma estrutura mais estratégica para as atividades locais e aproveitando melhor as áreas, seus recursos, desconcentrando as principais atividades nos litorais, promovendo uma melhor os processos, proporcionando a otimização por meio de investimentos nesses setores.

Diretriz 4 - fortalecer vetores que promovam a sustentabilidade socioambiental

Propõe o crescimento econômico baseado no desenvolvimento sustentável, por meio de ações que valorizem esse modelo econômico que visam melhorar e superar os problemas ambientais, com o fortalecimento de instituições e instrumentos que regulem essa estrutura. Além disso, elaborar um instrumento para que se conheça melhor o território onde se está atuando para utilização de forma sustentável dos recursos locais, permitir um melhor acesso aos recursos sociais básicos e recuperar as áreas degradadas.

Diretriz 5 - transformar a cultura nordestina em vetor de inclusão social e desenvolvimento

Visa utilização da cultura local como forma de elemento de coesão social, por ser um setor que tem crescido, pode contribuir na expansão da economia local, sendo assim busca-se fomentar o turismo cultural do Nordeste, e para isso acrescentando uma roupagem diferenciada, mas sem descaracterizá-la, transformando a cultura em agregação de renda por meio de ações como: apoio às manifestações culturais populares, por meio de incentivos fiscais e créditos para financiar essas movimentações, fornecendo toda uma rede de apoio e incentivos às culturas em todas as regionalidades.

Diretriz 6 - Fortalecer os governos estaduais e municipais como agentes de desenvolvimento

Trata-se do fortalecimento dos órgãos e instrumentos de regulação econômica e ambiental nos Estados, por meio de autonomia das agências reguladoras e reestruturação dos mecanismos para o exercício do controle. Também orientar o serviço público local na gestão estadual e municipal, aliados às suas estratégias de boas práticas de gestão e atuação, com o fortalecimento da capacidade técnica e institucional no planejamento e avaliação de políticas públicas, com excelência na execução dos atendimentos ao cidadão e promover a formação de consórcios públicos como instrumento de cooperação federativa, unindo as estratégias e interesses em comum.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como base para seu desenvolvimento, o objetivo de analisar as mudanças institucionais ocorridas na Nova Sudene desde o seu período de criação utilizando um período de análise de 2007 a 2016 que confere como o período de sua recriação a fim de identificar as novas políticas e atribuições agregadas a ela, bem como algumas alterações socioeconômicas ocorridas na economia com a sua recriação.

A princípio realizou-se um levantamento bibliográfico, para que fossem elucidados os principais conceitos que envolviam políticas públicas e políticas de desenvolvimento regional, pois esses conceitos iam de encontro com os propósitos da Sudene, onde promove mudanças por meio de políticas públicas de desenvolvimento para a região Nordeste, o que necessita um estudo dedicado à atender de fato às suas demandas.

Para apoio à pesquisa no tema Nordeste, foi apresentada uma caracterização e ilustração das zonas onde atuavam a Sudene dentro do semiárido brasileiro e viu-se que não só o Nordeste, mas parte de Minas Gerais e Espírito Santo estão compreendidos no polígono das Secas e passam por problemas semelhantes.

Foram apontados resultados como PIB real, empresas ativas por setor na região e Índice Firjan e por meio desse esclarecimento foi possível entrar no tema da Sudene referente a esse processo e criação e recriação da Sudene e toda essa elucidação bibliográfica sobre o assunto permitiu uma análise mais aprofundada da temática, auxiliando na investigação do problema de pesquisa, que visava entender como a Sudene atua no período de análise.

Sobre os dados socioeconômicos encontrados como PIB real, empresas ativas por setor da economia e Índice FIRJAN, que levava em consideração três indicadores como renda, educação e saúde e marcava conceitualmente a situação da região ou estado os seus parâmetros de baixo estágio, regular, moderado e alto, facilitando a análise e propondo uma visão mais ampla de onde o estado estava enquadrado. Sendo assim, cabe destacar que o Ceará vem crescendo bastante nesses três aspectos e que em geral a região Nordeste tem crescido nesses indicadores.

Em relação ao PIB, o Ceará novamente foi o que mais cresceu ao longo do tempo de análise. Ainda em relação à variação em participação na economia da região Nordeste, por setor, a economia se encontra bem centrada nas atividades primárias e o Maranhão ganhou destaque com variações positivas no setor de agricultura, extração e transformação. Pode-se inferir que estão ocorrendo mudanças que vão de encontro com as políticas da Sudene, apesar de não se saber se isso vem influenciando diretamente.

Apesar do ritmo lento, espera-se um crescimento na participação do PIB do Brasil pelo Nordeste, pois com a crise econômica a região conseguiu variações positivas, enquanto o Sudeste, por exemplo, tem desacelerado suas atividades produtivas, muito devido à queda na economia desse setor.

No primeiro objetivo buscou-se identificar as mudanças institucionais ocorridas na Sudene realizando um levantamento das leis e decretos de alterações, vinculações e atribuições ocorridas ao longo do período de 1959 a 2007 por meio do Portal LexML e viu-se que ela passou por diversas vinculações e atribuições, que inclusive quando foi extinta teve suas atividades reprimidas e em 2007 novamente assumiu as suas funções como Superintendência com mais autonomia.

No segundo objetivo levantou-se as diretrizes para as novas políticas e as ações que a Sudene vem propondo, e identificou-se o seu foco no desenvolvimento sustentável, que vai desde a preservação das áreas degradadas à uma economia inclusiva, de capacitação das próprias pessoas que moram nas regiões, além dos incentivos fiscais para as empresas se instalarem na região, assim promovendo maior participação do Nordeste no PIB e maior geração de emprego.

Devido à falta de mais tempo para enriquecimento da pesquisa, poderia ser realizado um melhor estudo acerca dos superintendentes que vieram assumindo a Sudene, para descobrir quais as principais propostas indicadas por eles e como se posicionavam, afim de integrar o quadro de mudanças institucionais. Também, levantar outros indicadores socioeconômicos como: pessoal ocupado por setor dentro do período de análise para verificar que as ofertas de trabalho estão crescendo, como propõe a Sudene nos seus planos, também a utilização do índice de Gini para medir a desigualdade, se vem diminuindo ao longo do tempo, que possivelmente poderia estar atrelado às alterações na economia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Teresa Helena Cicco. **A ação da Sudene para o Desenvolvimento Regional**. Brasília: Minter, 1977.

ARAÚJO. Tânia Bacelar de. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr-jun de 1999. Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1958%3Apor-uma-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-&catid=58&Itemid=414>.
Acesso em 29 de outubro de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto - 2002-2012**. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 08 de junho de 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Rio de Janeiro: 1959.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **A Extinção da Sudene: Um Marco das Transformações na Política de Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP.

CARVALHO, O. **Desenvolvimento Regional: Um Problema Político** [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 333p. Diversidades Regionais collection. ISBN 9788578792770. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

CODEVASF. **Polígono das Secas**.2010. Disponível em:
<<http://www2.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas/>>.
Acesso em: 22 de setembro de 2018.

COSTA. Milene Ribas da. O estado e a Sudene: Trajetória do Planejamento Regional no Brasil. 2016. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Nova econ.: Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, Set. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de março de 2018.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959a.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959b.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a Saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1920.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

GODOY, José Henrique Artigas de. **Os Nordestes de Freyre e Furtado**. Florianópolis: Política & Sociedade, v. 12, n. 24, p. 61-88, Mai./Ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.2013v12n24p61/25560>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

HEIDEMANN, F.G. **Do Sonho do Progresso às Políticas de Desenvolvimento**. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília, DF: UnB, p. 23-39, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Caderno Cedes. N 55. Novembro/ 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

IBGE. **Brasil em Síntese**. 2012. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LEXML. **Rede de Informação Legislativa e Jurídica**. 2018. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/busca/search?keyword=sudene:f1-tipoDocumento=Legisla%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica: Como Tornar mais Agradável a laboração de Trabalhos Acadêmicos**. Curitiba: Juruá. 2006. 3 tir.

MASCARENHAS, Lícia; LOURENÇO NETO, Sydenham. **Superintendência Do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**. FGV CPDOC: Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->

tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-Nordeste-Sudene>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MENDES, Flávio da Silva. **No Olho do Furacão**: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos Primeiros Anos da Sudene. Lua Nova: São Paulo, n. 100, p. 283-311, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100283&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 29 de março de 2018.

MOREIRA, Cláudia Cristina Pacheco. **A extinção da Sudam e da Sudene**. Brasília: Revista de Informação Legislativa. A. 40, n. 157, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/rii/Pdf/pdf_157/RIL157-10.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2018.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Trabalho no Nordeste em Perspectiva Histórica**. Estud. av. São Paulo, v. 30, n. 87, p. 49-73, Ag. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de março 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Regiões Geoeconômicas do Brasil**. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/regioes-geoeconomicas-brasil.html>>. Acesso em: 28 março de 2018.

PNUD BRASIL. **Ranking IDHM Unidades da Federação 2010**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>>. Acesso em: 28 março de 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS REGIONAIS. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97**. Mar. 1999. Disponível em: <www.Sudene.gov.br> Acesso em: 10 de maio de 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da pesquisa e do Trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade Feevale. 2013. 2 ed.

ROCHA, Sônia Maria Rodrigues. **Pobreza no Nordeste**: A década de 1990 vista de perto. Fortaleza. Revista econômica do Nordeste. v.34. n1. Jan-mar. 2003. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

RUA. Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**.1997. Disponível em:<https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/13490/mod_folder/content/0/Bibliografia%20complementar/An%C3%A1lise%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20-%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

SECCHI. **Leonardo. Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2 ed. Cidade: Cengage, 2010.

SILVA FILHO, Leônides Alves da.MANO. **Recriação da Sudene**: Retrato de Uma Luta. Recife: INAD. 2008. Disponível em: <www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730144000p_MANO_FINAL_2ed.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2018.

SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; ALMEIDA, Mansueto. **Desafios de Uma Nova Política Regional para o Nordeste**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Ipea. Jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5625/1/BRU_n5_desafios.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2018.

SILVA, Felipe Pinto da; ARAÚJO, Jair Andrade; COSTA, Edward Martins; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Eficiência Produtiva e Pobreza Rural no Nordeste Brasileiro**. Texto para discussão, n. 2250. IPEA: Brasília, nov. 2016.

SOUSA, Clemente Gomes de. **Instituições, Políticas Públicas e Planejamento para o Desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil**. 2008. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia. Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA.

SOUZA, Nelson Mello e. **O Planejamento Econômico no Brasil**: Considerações críticas. Rev. Adm. Pública: Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1671-1720, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de março de 2018.

SOUZA. Celina. **Políticas Públicas**: Uma Revisão de Literatura. Porto Alegre: Sociologias. N. 16, jul-dez 2006, p 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

STEINBERGER, Marília. **Política de Desenvolvimento Regional**: uma proposta para debates. V 22, n. 2. 1988. Revista de Administração Pública. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9440>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

SUDENE. **Nordeste em Números 2015**. Recife: SUDENE/GAB/ASCOM. 2016. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/NE-EM-NUMEROS-2015.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

SUDENE. 2018. Disponível em: <<http://www.Sudene.gov.br/>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

TOLEDO. Pedro Henrique Vieira Martins. **O GTDN e a Sudene de Furtado no Desenvolvimento Econômico do Nordeste**: Concepção e Realidade. 2013. Monografia de Bacharelado. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ